

A polícia dos livros: repressão política e editoras no Brasil

Luciana Lombardo Costa Pereira

Esta comunicação se concentra sobre um dos arquivos produzidos pelos órgãos encarregados da repressão durante a ditadura militar no Brasil e tem como objeto uma pequena parcela do vasto acervo disponível do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RJ) sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A coleção de livros apreendidos nos arquivos policiais, sobretudo após o golpe civil-militar de 1964, revela alguns padrões nos critérios de apreensão, sugerindo a existência de uma lógica na ação repressiva da polícia política sobre o mundo dos livros.

Ao longo de toda a história dos livros desde a introdução dos tipos móveis por Gutemberg, sua censura, proibição, apreensão e destruição tem se repetido. São fenômenos comuns a processos históricos tão diversos como a Contra-Reforma Católica com o *Index Librorum Prohibitorum*, as práticas persecutórias dos livros sediciosos pela polícia dos livros¹ na França pouco antes da Revolução, os livros queimados por Joseph Goebbels em meio a um discurso inflamado na Alemanha. A destruição de livros é também tema para a ficção, e se repete, por exemplo, na peça *A Tempestade*, de Shakespeare, no romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco ou no *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, adaptado para o cinema por François Truffaut, em 1966.

Há, contudo, diferenças na forma como são tratados os livros classificados como perigosos, heréticos, sediciosos ou malditos que variam de acordo com cada contexto, indo da destruição imediata e silenciosa aos rituais públicos de grandes fogueiras de livros e passando ainda pelo acúmulo e confinamento de exemplares em depósitos destinados ao esquecimento. Nos casos que veremos aqui, apesar do longo período em que se deram as apreensões dos livros, há um maior número de títulos publicados após os anos 1960 o que coincide com o período de intensificação da atuação dos órgãos repressivos durante a ditadura militar (1964-1985). Ainda que não tenhamos registros de casos equivalentes aos ocorridos durante a ditadura militar argentina – quando mais de

¹ Daniel Roche. “A censura e a indústria editorial”. In: Darnton; Roche. (Orgs.) *A revolução impressa; a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 35.

um milhão de livros do *Centro Editor de América Latina* foram queimados diante do horrorizado editor José Boris Spivacow, em 1980² –, a perseguição aos livros, autores e editores vermelhos no Brasil também deixou marcas.

Não são as grandes apreensões de milhares de livros na alfândega ou de edições recém-saídas da gráfica que constituem a coleção reunida pelos agentes do DOPS/RJ, mas as pequenas “batidas” policiais, operações de busca e apreensão com ou sem mandado, nas coleções privadas, editoras, livrarias, bibliotecas públicas e universidades. O tema é mencionado em depoimentos de intelectuais e escritores que relatam numerosos casos de confisco de exemplares. Essas apreensões eram motivadas pelos nomes dos autores ou pela presença de certas palavras-chave no título, associadas ao marxismo ou ao pensamento de esquerda em geral.

Podemos dizer, então, que o campo intelectual brasileiro sentiu o impacto do golpe sobre sua produção e em especial os que estavam à esquerda desse campo. Pierre Bourdieu faz uma homologia entre o campo intelectual e o campo político, político e nela, a própria condição de intelectuais já lhes conferiria um lugar “de esquerda entre a direita”, um lugar dominado entre os dominantes. Assim, apesar do amplo capital cultural acumulado não ocupam uma posição em geral de poder político e econômico:

Os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder: este é um fato capital que as teorias da arte e da literatura ignoram. Ou, para retraduzir numa linguagem mais corrente (porém inadequada), eu poderia dizer que os artistas e os escritores, e de modo mais geral os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante. Dominantes – enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural – os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico³.

No caso estudado, é importante ressaltar que nem todos os livros confiscados

² Outro caso ocorrido no contexto da ditadura argentina foi a intervenção na Eudeba, editora universitária da qual Spivacow também participou e grande sucesso editorial antes de 1976. Ver Hernán Invernizzi e Judith Gociol. *Un golpe a los libros*. Buenos Aires: Eudeba, 2002, além de Hernán Invernizzi. *Los libros son tuyos*. Buenos Aires: Eudeba, 2005 e Fernando Báez. *História universal da destruição de livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

³ Pierre Bourdieu. *Coisas Ditas*, Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004. pp.174, 175.

passaram pelo processo oficial de proibição e censura. Algumas considerações sobre a censura podem, no entanto auxiliar-nos a compreender as práticas de apreensão. A lista negra a que nos referimos aqui não é a lista de livros censurados, mas uma lista de livros apreendidos baseada no catálogo elaborado pelo APERJ.

Da mesma forma que as práticas de confisco e destruição de livros não são criações originais da polícia política do Rio de Janeiro, a censura também não teve seu início após a ditadura militar. Datam do período colonial os primeiros esforços de censura aos livros no Brasil que, apesar da proibição da atividade de impressão na colônia, circulavam clandestinamente, criticando as autoridades metropolitanas e o próprio sistema colonial. Conhecemos também um extraordinário movimento já no período republicano de censura às edições de livros percorrendo as décadas de 1920 a 1950 e que assume feições ainda mais autoritárias durante o Estado Novo (1937-1945)⁴. Criado em 1939, o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (DIP) não foi o primeiro órgão a se encarregar da censura e procurou aliar essa prática à intensa propaganda realizada pelo estado varguista. No mundo dos livros essa ação se fez notar por meio da publicação pelo DIP de obras de intelectuais ligados ideologicamente ao Estado Novo e pela concessão de privilégios a autores e editores próximos ao governo.⁵

Em 1964, com o golpe, há um nítido acirramento da atividade repressiva antes mesmo do AI-5 em 1968 e do estabelecimento oficial da censura em 1970. Um exemplo é o decreto-lei nº 314/67 que segue a Constituição autoritária de 1967, e considerava crime a “propaganda subversiva” em jornais, panfletos ou boletins, proibindo:

a divulgação de notícias falsas capazes de pôr em perigo o nome, autoridade, crédito ou prestígio do Brasil, ofensa à honra do presidente de qualquer dos Poderes da União; incitação à guerra ou à subversão da ordem político-social, desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as Forças Armadas, à luta entre as classes sociais, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou discriminação racial, propaganda subversiva, incitamento à prática e crimes contra a segurança nacional.

⁴ A esse respeito, merecem destaque os textos em Maria Luiza Tucci Carneiro (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002, além de Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (Orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵ Alfredo Wagner de Almeida conseguiu reunir mais de 300 títulos publicados ou patrocinados pelo DIP na coleção que chamou de “biblioteca do impossível”. A esse respeito, ver Gustavo Sorá. *Brasílianas: a casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRJ, 1998, pp. 180, 181.

Dois anos depois, os livros passaram a ser enquadrados em uma nova versão do artigo 39 do decreto-lei nº 510/69 que definia como crime a utilização do livro como “propaganda subversiva”. O novo artigo “apressa-se em incluir LIVRO, [pois] o mal produzido por jornal, boletim ou panfleto não é menor do que o produzido pelo livro.”⁶ No mesmo ano, o artigo ainda ganharia outra edição no decreto-lei, de nº 898/69 que novamente definia os “crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social”:

Art. 45 FAZER PROPAGANDA SUBVERSIVA

I- Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II- Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III- Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV- Realizando greve proibida;

V- Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI- Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos.

§único: Se quaisquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à Segurança Nacional:

Pena: Reclusão, de 2 a 4 anos.

A censura prévia aos livros e revistas foi estabelecida em fevereiro de 1970, através do decreto-lei nº 1077 e atribuída ao novo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A censura aos livros voltava-se em especial para os temas referentes à moralidade e aos bons costumes, apesar de, na prática, não ter sido exercida previamente como determinava o artigo 2 do decreto, como vemos abaixo:

Art. 1: Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2: Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

⁶ Por conta dessa imprecisão, o livro *Textos*, de Ernesto Che Guevara, publicado pela Saga em 1968, não pôde ser enquadrado como propaganda subversiva embora seus editores tenham sido condenados a seis meses de detenção. (PBNM, Tomo IV, p. 54.)

A censura aos livros despertou a reação de intelectuais e escritores que ao longo da década de 1970 organizaram manifestos e fizeram pressão junto à sociedade civil pelo fim da censura. No ano de 1976, os escritores Rubem Fonseca, Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, Hélio Silva, Cícero Sandroni, José Louzeiro, Ary Quintella e Jefferson Ribeiro de Andrade escreveram e publicaram o manifesto contra a censura aos livros, assinado por mais de mil intelectuais brasileiros, conhecido como o Manifesto dos Mil.

Contando com visibilidade internacional, em 30 de setembro de 1977 foram lidos outros dois manifestos contra a censura, como vemos abaixo em uma matéria do jornal *O Globo* encontrada nos arquivos do DOPS, com o título “Escritores e editores contra a censura”:

São Paulo (O Globo) – Dois manifestos condenando a censura nos textos literários foram lidos ontem, no encerramento do Primeiro Encontro com a Literatura Brasileira, promovido pela Secretaria Estadual de Cultura e pela Câmara Brasileira do Livro. No primeiro, 41 escritores brasileiros dizem que não abdicam de sua responsabilidade social e da autonomia de seus textos.

O segundo manifesto é assinado por nove editores e agentes literários estrangeiros que participaram do encontro. Afirmam não conceber sua própria atividade sem o respeito elementar pela liberdade de expressão e divulgação, hipotecando solidariedade aos escritores “a fim de que a criação literária brasileira possa desenvolver-se livremente e incorporar-se num plano de igualdade, ao diálogo de literatura universal”. Os editores que vieram a São Paulo, para intercâmbio e debates com escritores nacionais, são: Jaime Salinas (Ediciones Alfaguaras, Espanha), Guido Davico Bonino (Giulio Einaudi Editore, Itália), Michi Strassfeld (Suhrkamp Verlag, Alemanha), Herman Schulz (Peter Hammer, Alemanha), Franchita Gonzalez Battle (Editions François Maspero, França), Inge Feltrinelli (Giangiacomo Feltrinelli Editor, Itália), Marian Sketgell (E.P. Futton, Estados Unidos), Ricardo Rodrigo (Editorial Bruguera, Espanha) e André Bay (Editions Stock, França)⁷.

De acordo com Laurence Hallewell⁸, em 1978 já eram cerca de quinhentos os títulos proibidos de circular. O papel do Ministro Armando Falcão na repressão aos temas relativos à sexualidade é uma verdadeira “obsessão censória” visível nos títulos proibidos no Brasil de Geisel. Na lista dos censurados, em que predominam as obras de ficção, há também livros de não-ficção como os vermelhos Fidel Castro, Lenin, Mao,

⁷ APERJ, POL, DGIE 252, fl.139.

⁸ Laurence Hallewell. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005. p.591.

Althusser, Che Guevara, Caio Prado, Nelson Werneck, José Álvaro Moisés além de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Sobre a presença dessas obras em meio a tantos atentados à moral e aos bons costumes.⁹

Apesar da rigidez das leis que puniam as ações *subversivas* e da existência de censura oficial após 1970, havia na prática uma grande dificuldade em reprimir um mercado crescente e inspecionar o grande número de publicações e, portanto muito se publicou e importou à revelia dos órgãos de censura e repressão. Com isso vemos que a repressão que se abateu sobre os livros não foi suficiente para liquidar o mercado editorial de livros de oposição no Brasil e, ainda que tenha sofrido um duro impacto nos anos de maior repressão, a edição dos autores de esquerda floresceu. Os estudos sobre as editoras do Rio de Janeiro e São Paulo mostram mesmo que novas editoras de oposição surgiram após o golpe¹⁰, algumas das antigas resistiram apesar das dificuldades¹¹ e os mesmos livros que eram confiscados podiam ocupar lugar no topo das listas de mais vendidos¹², confirmando o sucesso editorial dos livros considerados *subversivos*.

Leandro Konder, escrevendo já no contexto da abertura política no início dos anos 1980, chama atenção para uma complexa dinâmica que permite a existência de uma “cultura de esquerda” apesar da pesada repressão, com a publicação de obras fundamentais como a primeira edição completa de *O Capital*, por exemplo:

A derrubada de João Goulart em 1964 desencadeou nova “caça às bruxas” e reativou velhos preconceitos antimarxistas. (...) A escalada da violência repressiva ultrapassou os níveis do Estado Novo: passou das apreensões de livros, da proibição de espetáculos, da censura à imprensa, das prisões à generalização da tortura e à liquidação física de numerosos resistentes. Quando amainou o temporal, contudo, verificou-se que nem tudo tinha sido destruído. Apesar dos expurgos realizados em algumas universidades, o estudo de Marx – muitas vezes reduzido a “guetos” – realizara alguns avanços. Em 1967, a Editora Civilização Brasileira iniciou a publicação da primeira edição completa de *O Capital* (que se completou, no Brasil, mais de um século depois do aparecimento do livro na Europa).¹³

⁹ Deonísio da Silva. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p.43.

¹⁰ Flamarion Maués. *Editoras de oposição no período de abertura (1974-1985): negócio e política*. São Paulo, 2006. Dissertação. (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2006.

¹¹ Andrea Lemos Xavier Galucio. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese. (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2009.

¹² Sandra Reimão. *Mercado Editorial Brasileiro (1960-1990)*. São Paulo: Com-Arte: Fapesp, 1996.

¹³ Leandro Konder. “As idéias de Marx no Brasil”. In: *O marxismo na batalha das idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. pp.38, 39.

O campo intelectual brasileiro antes e depois do golpe é o tema central da análise de Daniel Pécaut. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os cientistas sociais identificados com a esquerda nacionalista se articularam em torno do ISEB e do CEBRAP, além de revistas, jornais e editoras. Ele afirma que após 1964, “a repressão que abateu sobre os intelectuais, entretanto, não se compara à que atingiu os militantes populares, operários e camponeses”.¹⁴ Ainda que a repressão mais violenta tenha sido reservada aos líderes sindicais e populares, o já reduzido campo intelectual também sofreu um duro baque.

Sabemos que antes de 1964 a apreensão de livros já era uma prática recorrente dos órgãos policiais. No APERJ, alguns dos primeiros registros da prática de apreensão de livros datam de 1947, por ocasião do fechamento do PCB¹⁵. No comitê de São Paulo, fechado em 9 de maio de 1947, no inventário dos itens apreendidos estão livros de Allan Poe, O. Wilde, Monteiro Lobato, Raul Pompéia, Dostoievski, Graubois e Flaubert, entre outros autores célebres. Já no documento datado de 22 de maio de 1947, há listas detalhadas de todo o “material de propaganda” existente na sede do PCB de Mogi das Cruzes, SP. Os títulos listados eram *A mãe*, de Gorki; *São Bernardo*, de Graciliano Ramos; *Marxismo e liberalismo*, de Stalin; *Manifesto*, de Marx e Engels; *Mestre Adão*, Dumas; *Cinco visões do amor*, de Maurois; *Homens e coisas de nosso tempo*, de Jorge Amado.

Já na década de 1960 e no período pós-golpe, os principais autores encontrados nos arquivos da polícia reúnem obras clássicas da esquerda, das ciências sociais e escritores brasileiros e estrangeiros. Obras de Marx e Engels, Lênin, Stálin, Mao Tsé-Tung, Che Guevara, Marcuse, Lukács e Althusser, ao lado de Astrogildo Pereira, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Carlos Heitor Cony, Leandro Konder, João Maia Neto, Francisco Julião, Mário Pedrosa e Barbosa Lima Sobrinho aparecem com frequência nas centenas de livros pesquisados. Constatamos também que o maior número de volumes nacionais apreendidos são os produzidos pelas editoras de oposição, como a Editorial Vitória, Civilização Brasileira, Paz e Terra, Zahar, Saga, Vozes, José Álvaro.

¹⁴ Daniel Pécaut. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p.200

¹⁵ APERJ, POL, Comunismo 25-B, Dossiê1, fls. 402 e 403.

Para nós, os livros apreendidos são um caso privilegiado para análise da repressão nesse campo, pois servem de instrumento para que policiais formulem uma avaliação sobre o alvo de sua ação, classificando e organizando o mundo social e posicionando alguns escritores e editores em um lugar de perigo para a ordem estabelecida após o golpe. Ao mesmo tempo, os livros ocupam papel importante como prova material nos inquéritos em que autores e editores são indiciados pelo crime de “propaganda subversiva”.

É importante ressaltar que os livros encontrados no arquivo do DOPS/RJ estão longe de serem os únicos exemplares apreendidos pela polícia política. Pesquisando o DEOPS/SP, Maria Luiza Tucci Carneiro publicou, no ano de 1997, *Livros proibidos: idéias malditas*, um trabalho pioneiro sobre o tema¹⁶. O livro resultou de uma mostra organizada por ela dos livros encontrados nos prontuários pessoais nos arquivos de São Paulo, como parte do Simpósio *Minorias Silenciadas* naquele mesmo ano¹⁷.

Outro grande acervo de documentos textuais apreendidos é constituído pelos anexos aos 707 processos completos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 a março de 1979, reunidos e examinados pela equipe de pesquisadores do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, com mais de dez mil peças, entre cartas, revistas, panfletos e livros, que hoje são uma importante fonte de pesquisa e “preservação da memória do período”, nas palavras de seus organizadores:

Com a reviravolta política de 1964 e a subsequente apreensão policial de grande quantidade de material considerado “subversivo”, quer tenha sido produzido antes desta data, quer durante o regime militar instaurado no país, formou-se uma enorme lacuna no patrimônio documental do país. Desapareceram das bibliotecas e arquivos públicos, assim como das mãos de colecionadores particulares, os documentos que pudessem configurar a “infiltração” de doutrinas ou idéias incompatíveis com o regime. Nada escapou à devassa que atingiu as residências, as escolas, os sindicatos e tantas outras instituições. Livros, folhetos, jornais, revistas, folhas volantes, cartazes, apostilas e anotações diversas foram recolhidos não só em função de seu conteúdo, mas também por se encontrarem em endereços “suspeitos”. O clima de terror impedia que fossem conservados os papéis que, apesar de cerceada a liberdade de opinião e a divulgação de notícias, circularam clandestinamente em todos os pontos do país¹⁸.

¹⁶ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros proibidos, idéias malditas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

¹⁷ Maria L.T. Carneiro. (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁸ PBNM, Projeto A, Tomo VI, Volume I, p.5. Esses anexos estão hoje sob a custódia do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), em Campinas.

No acervo do DOPS/RJ, foram encontrados 686 impressos como livros, revistas e cartilhas. Quando os arquivos da polícia política foram recolhidos ao APERJ, esses impressos se encontravam separados do restante da documentação e pareciam já estar à parte também enquanto faziam parte do arquivo vivo, ainda em uso pela polícia. A primeira referência aos livros encontrados nos arquivos policiais é feita no guia de fundos elaborado pelo APERJ e desde o início do processo de organização do acervo¹⁹ os “livros vermelhos” já chamavam a atenção da equipe:

Há cerca de mil livros e periódicos da biblioteca reunida pelo DGIE²⁰, destacando-se as obras de autoria de Marx e Engels, Lênin, Mao Tsé Tung, Althusser e outros teóricos além de revistas como “Civilização Brasileira”, “Voz Operária” e outras. Observa-se a existência de literatura estrangeira com textos de orientação prática à militância política de esquerda em suas ações. Os livros, folhetos e periódicos receberão tratamento técnico de biblioteconomia.²¹

No entanto, hoje relutaríamos em chamar de biblioteca o material estudado. Tanto o objetivo como os fins dos livros guardados pelo DOPS os distanciam daqueles de uma biblioteca e por isso acreditamos que os livros, uma vez apreendidos, tenham justamente deixado de fazer parte de bibliotecas e passado a integrar um tipo diferente de conjunto. “Uma biblioteca, em última instância, só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores²²”; e sem leitores, esta coleção seria uma espécie de biblioteca às avessas, uma biblioteca de livros que não devem ser lidos, ou ainda que não podem ser lidos. Antes de pertencerem a uma coleção aberta à visitação no APERJ, esses livros foram produzidos e circularam em espaç os que refletiam a resistência à ditadura militar, foram retirados dessas coleções privadas nas quais tinham sentido e leitores para depois acumularem poeira em depósitos fechados.

Vimos até aqui como o próprio acesso aos documentos que estudamos resultou de intensas lutas políticas no lento processo de abertura, tanto do regime ditatorial como

¹⁹ Naquele momento a equipe ainda não conhecia a totalidade dos impressos.

²⁰ O nome DGIE foi a última denominação do órgão policial entre os anos de 1980 e 1983, quando a sigla DOPS no contexto de abertura política, se encontrava fortemente associada   repressão e   tortura.

²¹ APERJ. *Os arquivos das polícias políticas*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 1994. p.19.

²² Prefácio de Christian Jacob em Baratin e Jacob. In: *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p.11.

dos arquivos sensíveis produzidos por ele. Esse é um processo em curso que estamos testemunhando ainda no presente e que ainda está longe de ser concluído. A extensão do prazo para o sigilo sobre as fontes já disponibilizadas e a recusa dos militares em abrir novos arquivos que alegam ter sido destruídos aponta também no caso brasileiro na direção de um fechamento dos arquivos. A gestão do passado próximo em toda parte evidencia os embates do presente daqueles que agora tentam organizar a memória e a história sobre o passado.

A historiadora francesa Sonia Combe afirma que o acesso aos arquivos públicos é produto de uma negociação entre o Estado e os cidadãos e seu grau de abertura pode ser considerado como um dos indicadores da democracia em uma dada sociedade²³. Apesar dos avanços na consolidação da democracia a que temos assistido e mesmo do prestígio acadêmico ou político de que hoje gozam alguns dos intelectuais que no passado foram perseguidos, acreditamos ser ainda pertinente insistir nas pesquisas sobre o período e enfrentar, também no campo acadêmico, novas lutas em torno da memória e da história sobre a ditadura militar no Brasil.

²³ Sonia Combe. “Usage savant et usage politique du passé”. In: *Archives et histoire dans les sociétés post-communistes*. Paris: La Découverte, 2009. p.273.